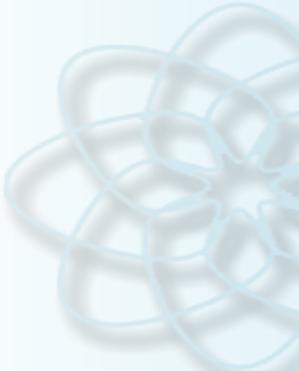


Teo Lite rária



Arquivo enviado em
12/06/2018
e aprovado em
05/07/2018

V. 8 - N. 15 - 2018

Mestre e Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR. Editor Associado da Revista Brasileira de Literaturas e Teologias, Teoliterária. Membro do Grupo de Pesquisa Teopatodiceia: Espiritualidade, Cultura e Práxis da PUCPR. Bolsista CAPES. Contato: jefferson.zeferino@hotmail.com.

Hermenêutica e Teologia Pública: elementos para a construção do discurso teológico em interlocução com os clássicos desde a Literatura a partir de David Tracy

**Hermeneutics and Public Theology:
elements for the construction of
theological speech in relation to classics
since Literature based on David Tracy**

*Jefferson Zeferino**

Resumo

O presente texto analisa as possibilidades de um discurso teológico com base em critérios públicos de argumentação a partir do pensamento de David Tracy, em diálogo com a área de Teologia e Literatura, bem como com aquilo que se tem produzido sob o título de teologia pública no contexto brasileiro. Desta forma, por meio de uma análise de mapeamentos sobre teologia pública percebem-se dois movimentos que a identificam: 1. A produção de um discurso que atende aspectos públicos de validação; 2. A relação entre teologia/religião e espaço público. Desta forma, a hermenêutica ensejada neste contexto haure das tradições teológicas (clássicos, literaturas) traduzindo-as a distintas interlocuções, sendo eleito aqui o público acadêmico. Assim, o percurso desenvolvido inicia-se com uma apresentação da teologia pública com base em autores que se ocuparam em sistematizá-la no contexto nacional; segue com

uma análise de elementos do pensamento de D. Tracy que podem auxiliar a embasar uma fala teológica pública; percebe a experiência da área de Teologia e Literatura em seu foco antropológico como importante contributo à teologia pública; por fim, estabelece-se uma relação entre os elementos anteriormente dispostos, concluindo-se com a proposição de uma teologia fundamental como teologia pública no horizonte do ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Teologia Pública. David Tracy. Teologia e Literatura. Hermenêutica teológica.

Abstract

The current text analyses the possibilities of a theological discourse based on public argumentation criteria relying on David Tracy's thought in dialogue with the published works on public theology in the Brazilian context and the area of Theology and Literature as well . So, through an analysis of the works that mapped public theology two movements were identified: 1. The construction of a discourse that comprehends public validation aspects; 2. The relation between theology/religion and public space. This way, the desired hermeneutics on this regard draws from theological traditions (classics, literatures) translating them accordingly to different interlocutions, here the academic public is referential. Thus, the work presents public theology based on researches that systemized it in Brazil; it follows analyzing elements of D. Tracy's thought that may found a public theological speech; it realizes the experience of Theology and Literature field on its anthropological focus as important contribution to public theology; afterwards it establishes the relation of the former elements, concluding with the proposition of a fundamental theology as public theology in the academic environment.

Keywords: Public Theology. David Tracy. Theology and Literature. Theological Hermeneutics.

Considerações iniciais

O debate acerca do papel da teologia na universidade passa pela discussão de qual linguagem poderia ser adequada ao âmbito da convivência e diálogo das ciências. Por um lado, uma fala triunfalista ao modo de rainha das ciências ou ainda de uma ciência sui

generis parece insuficiente diante de um quadro de pluralidade e paridade acadêmica dos diferentes saberes na atualidade. Por outro lado, subjugar a fala teológica ao espaço eclesial compreendendo-a irrelevante à comunidade acadêmica e à sociedade ampla também não parece uma saída acertada.

Com o intuito de contribuir a este debate, apresenta-se de forma sucinta, no formato de afirmações sintetizadoras, o estado da questão das pesquisas sobre teologia pública no Brasil com base nos mapeamentos e sistematizações de autores que se ocuparam de tal tarefa. Em seguida, David Tracy serve como autor referencial a fim de que se compreenda a publicidade teológica como fator passível de traduções e adequações em virtude dos públicos com que dialoga. Além disso, a experiência do campo de Teologia e Literatura em sua ênfase antropológica emerge como contributo a correlação ensejada. Por fim, com base nos passos anteriores, pensam-se caminhos e possibilidades de uma hermenêutica teológica atenta a critérios públicos de validação de sua argumentação diante do âmbito acadêmico.

Teologia pública no Brasil: uma síntese

Com um debate iniciado em contexto brasileiro no início do presente século pelo Instituto Humanitas da UNISINOS (IHU), a teologia pública tem sobretudo sido compreendida como um movimento teológico do contexto eclesial para fora, isto é, trata de forma geral da relação entre fé cristã (católica romana) e a sociedade. O que é confirmado por grande parte dos mais de 130 números já publicados nos Cadernos Teologia Pública da UNISINOS que se trata da publicação referencial do programa Teologia Pública da instituição¹. Com efeito, pode se dizer que esta relação entre fé cristã/teologia cristã e sociedade é o eixo balizador da

1. ISTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Programa Teologia Pública do IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/programas/teologia-publica>. Acesso em: 07.06.2018.

compreensão de teologia pública do IHU. Por outro lado, também em São Leopoldo no Rio Grande do Sul as Faculdades EST tem sido responsáveis pela edição da Coleção Teologia Pública, que conta com seis volumes editados em parceria com a Editora Sinodal, bem como um outro texto editado em formato e-book. Em grande parte, também ensinam o debate da teologia em relação com temas de fronteira, além de pensar aspectos de ordem epistemológica (esp. v. 1 e 5). Contudo, não é possível limitar os estudos sobre teologia pública no Brasil a estes dois referenciais, cabe ainda citar a série da Garimpo Editorial que já conta com textos relacionando autores como Tillich, Moltmann e Bonhoeffer com o tema, bem como eventos da SOTER e da ANPTECRE que assumiram a relação teologia/religião e espaço público como referenciais para alguns de seus congressos. Além destes, há toda uma série de artigos, teses e dissertações que se ocupam da temática. Com isso, trata-se já de uma tarefa laboriosa o levantamento de dados, catalogação e sistematização da teologia pública no Brasil.

Diante deste contexto, cabe indicar que alguns autores se ocuparam de mapear estes movimentos. O presente texto parte destas análises para conjugar o *status quaestionis* da referida temática. O formato escolhido para a apresentação deste quadro são *afirmações sintetizadoras* embasadas nos esforços de mapeamento e sistematização do assunto.

1. O termo *teologia pública* é recente no contexto brasileiro, contudo já conta com considerável material bibliográfico, além de estudos em vários países de diferentes continentes (CALDAS, 2016, p. 40; JACOBSEN, 2011, p. 53).

2. O Instituto Humanitas da Unisinos, bem como as faculdades EST, ambas de São Leopoldo, integram a vanguarda na discussão (SINNER, 2012, p. 18-19; CUNHA, 2016, p. 264; GONÇALVES, 2017, p. 31-32; CALDAS, 2016, p. 56-66; 85).

3. Não existe uma definição dura de teologia pública. Há pluralidade de abordagens, bem como diversidade conceitual (JACOBSEN, 2011, p.

54; 66; CUNHA, 2016, p. 268; ZABATIERO, 2011, p. 7; SINNER, 2011, p. 19-20; SINNER, 2012, p. 24-25; CALDAS, 2016, p. 15).

4. Teologias com interface política, como a Teologia da Libertação e a Teologia da Missão Integral, podem ser consideradas teologias públicas (CUNHA, 2016, p. 270).

5. Compõe o pano de fundo do campo de pesquisa a ideia de incidência pública das religiões. A teologia pública se ocupa, portanto, da presença da religião no espaço público (SINNER, 2011, p. 12; SINNER, 2012, p. 13-17).

6. A teologia pública pode configurar um “*conceito agregador*”, sendo “mais uma dimensão do que uma linha específica de pensamento” (SINNER, 2011, p. 19). Ademais, para von Sinner, a teologia pública pode ser um “termo guarda-chuva” que abarque as teologias de interface público-política (como as de libertação) (SINNER, 2012, p. 27).

7. Stackhouse propõe que a teologia seja capaz de tratar de temas públicos, em diálogo com a sociedade em geral, propondo um discurso razoável neste contexto (SINNER, 2011, p. 24).

8. David Tracy estabelece a igreja, a sociedade e a academia como públicos da teologia (SINNER, 2011, p. 29; CALDAS, 2016, p. 84).

9. R. von Sinner compreende que a teologia cristã é pública, devendo falar francamente (*parrhesia*) acerca de temas públicos, buscando o bem comum. Assim, apesar de possíveis identificações com determinadas comunidades religiosas, o fazer teológico público não deveria pautar ganho próprio, mas o bem de todas e todos (SINNER, 2011, p. 33-34; SINNER, 2012, p. 29-30).

10. A teologia que pensa a pessoa de Jesus, desenvolverá um pensamento autocrítico, modesto e quenótico (SINNER, 2011, p. 33-34).

11. A teologia pública ocupa-se de singularidades, particularidades e

contextualidades, sem deixar de lado a necessidade de um discurso que tenha por base a pluralidade (SINNER, 2012, p. 29).

12. As instituições religiosas possuem grande capilaridade no cenário nacional, bem como contam com prestígio e credibilidade (SINNER, 2012, p. 31).

13. O cenário acadêmico tem evoluído na discussão acerca do papel da teologia, desde seu reconhecimento em 1999, bem como a partir de recentes discussões acerca de seu currículo (SINNER, 2012, p. 32).

14. R. von Sinner identifica quatro tipos de teologia pública no contexto brasileiro: 1. Acerca da cidadania acadêmica da teologia e sua epistemologia; 2. Resgate de tradições teológicas no confronto com fundamentalismos; 3. Acerca da presença da religião/teologia no espaço público; 4. Teologia pública com enfoque na cidadania (SINNER, 2012, p. 20-24).

15. O assunto da teologia pública é a *res publica* (ZWETSCH; CAVALCANTE; SINNER, 2011, p. 6).

16. Jacobsen separa os tipos de teologia pública em: 1. Modelos de fundamentação: modelo de divulgação, modelo universal, modelo factual; 2. Modelos de atuação: modelo de audiência, modelo apologético, modelo contextual (JACOBSEN, 2011, p. 55-66).

17. O modelo de divulgação parte da ideia de que a teologia pública é impulsionada pelo ser público de Deus (JACOBSEN, 2011, p. 55-57).

18. O modelo universal pensa as questões universais/existenciais do ser humano (JACOBSEN, 2011, p. 55; p. 57-58).

19. O modelo factual parte da noção de que a presença das religiões no espaço público é um fato, não carece de publicização (JACOBSEN, 2011, p. 59-60).

20. O modelo de audiência parte da noção de públicos da teologia

(JACOBSEN, 2011, p. 61-62).

21. O modelo apologético procura a razoabilidade do discurso teológico sem apelar para uma determinada autoridade dogmática (JACOBSEN, 2011, p. 63-64).

22. O modelo contextual, como bem diz o nome, ocupa-se das questões práticas de cada contexto. Também tem a ver com o posicionamento das igrejas diante de questões públicas (JACOBSEN, 2011, p. 65-66).

23. Carlos Caldas fala de casos de teologia pública no Brasil, antes que o termo fosse utilizado: 1. O movimento ecumênico, em especial por meio da diaconia; 2. As campanhas da Fraternidade e a atuação da CNBB; 3. A teologia contextual da Fraternidade Teológica Latino-Americana – Setor Brasil (FTL-B); 4. A Teologia da Libertação; 5. A proposta de fé cidadã de Clovis Pinto de Castro (CALDAS, 2016, p. 41-55).

24. A ANPTECRE e a SOTER exercem um papel de promoção no debate de teologia pública, como tema principal de seus eventos ou nas reflexões de seus grupos temáticos (CALDAS, 2016, p. 75-82; CUNHA, 2016, p. 264-265).

25. O diálogo com os outros saberes, sem que a teologia perca seu específico, é desafio que emerge na atualidade para a teologia pública. Desta forma, a questão da epistemologia teológica diante das variadas formulações de teologia pública é uma questão na pauta atual desta discussão (CALDAS, 2016, p. 84).

Estas teses permitem afirmar que a teologia pública no Brasil é um campo de pesquisa que está se consolidando. As elaborações teóricas analisadas acima são resultado de pesquisas de doutorado, pós-doutorado, projetos de grupos de pesquisa dedicados à teologia pública etc. Com efeito, estas contribuições demonstram que se trata de um tema atual e pertinente.

Neste contexto, as formulações de R. von Sinner e Eneida Jacobsen

se destacam enquanto tentativa de sistematização daquilo que tem sido produzido sob o nome de teologia pública². Compreende-se que suas definições de *tipos de teologia pública* podem ser sintetizadas em duas perspectivas: 1. Aspectos ligados ao discurso teológico e sua cidadania acadêmica por meio do resgate das tradições teológicas: modelos de fundamentação (JACOBSEN, 2011, p. 55-60; SINNER, 2012, p. 20-21); 2. Relações entre religião/teologia e espaço público: modelos de atuação (JACOBSEN, 2011, p. 60-66; SINNER, 2012, p. 21-24). Efetivamente, não são perspectivas estanques, independentes uma da outra, pelo contrário, há contínua interrelação. Com efeito, cada *tipo* alocado no segundo ponto, carece de uma forma de discurso para sua articulação. O que se quer frisar aqui é a necessidade da construção de um modo próprio de se falar que considere o *público* não apenas como assunto, mas como critério que molda a própria fala teológica. Adiante, pense-se esta possibilidade de fala teológica no espaço público a partir das formulações de David Tracy.

Discurso público da teologia a partir de David Tracy

Com base no que foi tratado até aqui, dois principais movimentos

2. Ainda acerca das formulações sobre teologia pública é necessário indicar alguns aspectos de disputa, isto é, formulações que confrontam o quadro que vem sendo construído por autores que se entendem sob a gramática de uma teologia pública. Desta forma, nota-se uma suspeita de homogeneização do discurso teológico em relação ao espaço público, seja por meio de uma determinada tentativa de adequação a contextos internacionais de discussão como o europeu e estadunidense que pouco se relacionam com as questões latino-americanas, ou mesmo na possibilidade de não atenção às peculiaridades das lutas sociais compreendendo-as como que resolvidas em formulações como cidadania, o público, o político, missão integral, entre outras propostas teológicas. Ao mesmo tempo, ao se propor a teologia pública como um termo guarda-chuva cabe verificar se autores e autoras de formulações que conjugam teologia e questões do espaço público sentem-se representadas/os por esta definição. Acerca destas análises críticas ver: PEREIRA, N. The Old New Words for an Economy of Life: Sumak Kawsay, Kabuhanan, Kalusugan, Kalikasan. *The Ecumenical Review*, v. 67, n. 2, p. 214-221, 2015; PEREIRA, N.; ALMEIDA, F. Ecologia profunda: por uma ecologia do proletariado – kabuhanan, kalusugan, kalikasan. *Voices*, v. 37, n. 2-3, p. 309-322-322, abr./set., 2014; CARVALHAES, C.; ALMEIDA, F. Teologia da Libertação: História, Temas e Nomes. *CrossCurrents*, v. 67, p. 340-364, mar., 2017.

acerca das formulações sobre teologia pública se destacam: 1. A possibilidade da formulação de um discurso adequado ao contexto acadêmico; 2. As relações entre teologia/religião e espaço público. Assim, nota-se que a formulação do discurso teológico diante de seus *públicos* (igreja, academia, sociedade) exige uma determinada adequação. Neste sentido, cabe investigar que tipo de discurso teológico se quer desenvolver. Também se tornou visível desde as elaborações de Jacobsen, a importância da contribuição do teólogo jesuíta estadunidense David Tracy para o desenvolvimento de uma teologia pública, sendo uma proposta consolidada e referencial de um discurso público para a teologia. Dito isso, cabe agora uma análise mais pormenorizada de Tracy afim de que se estabeleça o que se quer dizer com *critérios públicos de argumentação para a fala teológica*.

O caminho aqui ensejado, portanto, parte do texto de 1981, a saber, *A imaginação analógica*, do qual utiliza-se aqui a versão em português (2006), bem como a partir de um artigo mais recente publicado também em língua portuguesa, no qual o autor se dedica a questão da *publicidade* em teologia. O presente momento desta análise busca compreender as noções de *públicos*, *disciplinas teológicas*, *discurso público* e *clássicos* no teólogo estadunidense, enquanto perspectivas que ajudam a pensar os resultados acima elencados do estado da arte das pesquisas em teologia pública no Brasil.

Aspectos introdutórios

Uma elucidação acerca do pano de fundo do pensamento de Tracy é válida na medida em que auxilia no processo de compreensão do mesmo. Assim, cabe formular que o autor parte de duas noções basilares. A primeira diz respeito ao pluralismo como um “enriquecimento fundamental da condição humana”, ao que “afirmar o pluralismo responsavelmente deve incluir a afirmação da verdade e dos critérios públicos para

tal afirmação” (TRACY, 2006, p. 11). O segundo se refere às questões existenciais do ser humano bem como a própria questão de Deus que, como temas da teologia, requerem que se desenvolvam “critérios e discurso públicos, e não privados” (TRACY, 2006, p. 11-12).

Compreende-se, portanto, que Tracy tem como base de seu desenvolvimento teológico o reconhecimento e o respeito aos pluralismos e, simultaneamente, parte de uma noção teológica, *a universalidade de Deus*, como elemento que legitima que tudo que tem a ver com Deus tem a ver com o mundo todo, sendo, portanto, público. Isto é corroborado pelo que estabelece como um corte antropológico-existencial enquanto viés a partir do qual a teologia deve concentrar seus esforços, questões como o sentido da vida, por serem fundamentais a existência humana também o são para a existência teológica (TRACY, 2006, p. 21-22). Há, portanto, para Tracy, correlações entre teologia e vida, ou ainda, entre as questões tratadas teologicamente e aquelas tratadas por distintas ciências, como sociologia, filosofia, história entre outras.

Os públicos da teologia

Quanto aos públicos do fazer teológico, compreende Tracy que “todo teólogo se dirige a três realidades sociais distintas e relacionadas: a sociedade mais ampla, a academia e a igreja. Um desses públicos será o destinatário principal, ainda que raramente exclusivo” (TRACY, 2006, p. 23). Uma vez reconhecidos os públicos, o autor também compreende que as falas teológicas podem estar localizadas em um, mais que em outro, contudo, “qualquer que seja o lugar social de uma teologia particular, esse compromisso comum demanda um compromisso com a dimensão pública autêntica, a tentativa de falar a partir de um *locus* social particular de uma maneira tal que esse falar cruze por todos os três públicos” (TRACY, 2006, p. 24).

Dentro do mundo das falas teológicas, isto é, hermenêuticas, Tracy

compreende que

[...] se qualquer ser humano, se qualquer pensador religioso ou teólogo produzir alguma expressão clássica do espírito humano numa jornada particular dentro de uma tradição particular, essa pessoa revela possibilidades permanentes para a existência humana tanto pessoal como comunal. Qualquer clássico [...] é sempre público, jamais privado” (TRACY, 2006, p. 41).

Desta feita, a relação do teólogo com a realidade é sempre hermenêutica, conjugando aspectos ligados a interpretação das distintas tradições, bem como desde um local específico a partir de e para uma determinada comunidade. Para a presente leitura cabe dizer que também a comunidade acadêmica se configura, utilizando a linguagem de Tracy, um *locus* social desde o qual se pensa a realidade. Os clássicos, por sua vez, assim o são também em virtude de sua profundidade antropológica, que sempre poderá ser reaccessada em diferentes tempos e ocasiões.

Adiante, Tracy introduz a lógica de inter-relação entre os públicos ao enunciar que enquanto intérprete da tradição eclesial o teólogo considera também compreensões da contemporaneidade em dinâmica crítica. Com efeito, “ainda que a autocompreensão do teólogo não inclua um reconhecimento explícito dos públicos ‘sociedade’ e ‘academia’ (e, assim da importância teológica do ‘mundo’ como *locus* teológico), as influências dos outros dois públicos permanecem efetivas”. Isto é, “mesmo que as relações com a sociedade ou a academia sejam negativas, o teólogo estará interiormente relacionado com as estruturas de plausibilidade daquela sociedade, especialmente à medida que essas estruturas forem formuladas e refinadas em argumentos de plausibilidade e critérios de adequação pela academia” (TRACY, 2006, p. 63). Decorre disso, portanto, que os públicos teológicos se inter-relacionam, independente do *locus* referencial do teólogo, os demais públicos incidem em sua formulação. Em virtude disso, o autor estabelece que em alguma medida noções de correlação e interação são evocadas:

Na maioria dos casos, de fato, algum modelo teológico de correlação será empregado para estabelecer uma relação entre essas afinidades e para dirimir os conflitos entre as estruturas de plausibilidade. De maneira similar, algum modelo sociológico de interação será usualmente empregado para entender quais relações do teólogo com os três públicos da teologia: sociedade, academia e igreja (TRACY, 2006, p. 67).

Dito isso, o processo de correlação ou interação precisará ser traduzido em forma de linguagem, a partir daí, torna-se inerente a exigência de *publicidade*. Tracy (2006, p. 68) estabelece aspectos que compõem o processo de publicização do fazer teológico, os quais são apresentados de forma numerada com a finalidade de maior elucidação de sua proposta:

1. “Na medida em que os teólogos precisam tornar explícitas as mais importantes alegações e contra-alegações de cada um dos três públicos, eles contribuem para a causa da clareza com o público mais amplo”. Assim, o próprio processo dinâmico de reflexão acerca da lógica interna das afirmações teológicas requer uma determinada elaboração cujo evento compõem uma publicização. Assim, “o teólogo, ao menos, não tem de fato outra escolha real senão tornar-se explícito”.

2. Ao ocupar-se da “questão da verdade da religião [...] as estruturas de plausibilidade têm de tornar-se explícitas”. Assim, “o impulso para os argumentos de plausibilidade se tornará urgente”. O processo de publicização da fala teológica, portanto, é por si só dinâmica de explicitação. A pergunta pela *verdade*, contudo, poderia ser elucidada pelo que Tracy chama de “pretensões a sentido e verdade”, ao que serve a própria formulação grega do termo enquanto *aletheia*, o que estaria próximo de um *desvelamento* de sentido. Assim, cabe ao teólogo ocupar-se das lógicas internas das alegações de sentido das tradições teológicas. Desta forma, “todo teólogo deve encarar honestamente as pretensões a sentido e verdade de todos os três públicos”, considerando “os paradigmas da

verdade na tradição da igreja, os paradigmas dos empreendimentos racionais na academia, os modelos de racionalidade nos três domínios coincidentes da sociedade contemporânea”.

3. “A necessidade de refletir criticamente sobre reais ou aparentes conflitos de alegação nos diferentes públicos torna-se crucial”. A interrelação dos distintos públicos teológicos ocupa-se também da incidência argumentativa de uns nos outros. Ao que um exercício de criticidade e cuidado intelectual é exigido, isto ocorre também em virtude da noção de *tradução* ou *adequabilidade* implicada nas formulações dos distintos discursos teológicos ao que se coloca a percepção de que possuem distintas formas de dizer e traduzir uma mesma alegação de sentido.

Ainda no horizonte das interrelações dos públicos teológicos diante da necessidade de uma fala plausível que as abarque de forma adequada, Tracy (2006, p. 71) desenvolve dois aspectos que caracterizam esta fala:

1. Cabe “[...] explicar as estruturas básicas de plausibilidade de todos os três públicos [...]”, o que pode ser desenvolvido “[...] mediante a formulação de argumentos de *plausibilidade* e *critérios de adequação* como um modelo teológico geral para discussões abalizadas sobre conflitos aparentes ou reais a respeito de questões particulares” (itálico nosso). Cada público requer um discurso embasado em determinada racionalidade, ao que se exige uma formulação adequada e plausível que possa ser utilizada na abordagem dos temas oriundos das distintas audiências.

2. “Eles devem dar continuidade ou recuperar os recursos clássicos da tradição da igreja em aplicações genuinamente novas para o dia de hoje”. O dado dos *clássicos* retorna na dimensão das tradições teológicas enquanto lidos diante dos contextos sempre novos que requerem também uma *tradução*, na medida em que dois ambientes ou mundos distintos são analisados crítica e dialogicamente.

David Tracy, portanto, estabelece que a fala teológica carece de critérios em sua construção, sendo que cada público exigiria uma forma

própria de argumentação, o que ele identifica com disciplinas teológicas específicas.

As disciplinas teológicas

Diante do processo de construção teológica Tracy recorre ao que chama de disciplinas teológicas. Para ele, “a teologia é, de fato, um termo genérico, não para uma única disciplina, mas para três: teologia fundamental, teologia sistemática e teologia prática”. Ademais, “cada uma dessas disciplinas necessita de critérios de adequação explícitos. Cada uma delas tem a ver com os três públicos”. Assim, “cada uma está irrevogavelmente implicada em pretensões a sentido e verdade. Cada uma é, de fato, determinada pelo impulso incessante na direção da publicidade genuína de e para todos os três públicos” (TRACY, 2006, p. 72).

Quanto as formas de desenvolvimento teórico das três disciplinas teológicas propostas pelo autor, ele as apresenta em cinco pontos:

1. O primeiro diz respeito aos públicos da teologia, para ele, “[...] as teologias *fundamentais* estão relacionadas, em primeira linha, com o público representado, mas não esgotado pela academia”. Por sua vez, “as teologias *sistemáticas* estão relacionadas, em primeira linha, com o público representado, mas não esgotado pela igreja, entendida aqui como comunidade do discurso moral e religiosos e da ação correspondente”. Finalmente, “as teologias *práticas* estão relacionadas, em primeira linha com o público ‘sociedade’, mais exatamente com as preocupações de algum movimento ou de alguma problemática particular de cunho social, político, cultural ou pastoral [...]” (TRACY, 2006, p. 88). Em resumo, identifica a teologia fundamental com a academia, a teologia sistemática com a igreja e a teologia prática com a sociedade.

2. Os modos de argumentação são o segundo tópico tratado pelo autor. De acordo com Tracy, “[...] as teologias *fundamentais* estarão preocupadas principalmente em oferecer argumentos que todas as pessoas

razoáveis, quer 'religiosamente envolvidas' ou não, possam reconhecer como razoáveis". Em virtude disso, afirma ele, "[...] elas assumem o sentido mais usual do discurso público" (TRACY, 2006, p. 88-89), pois trata-se de um "[...] discurso acessível (*em princípio*) a todas as pessoas e explicado mediante o apelo à experiência, inteligência, racionalidade e responsabilidade das pessoas [...]", sendo "[...] formulado em argumentos cujas alegações são estatuídas por procedimentos apropriados de argumentação, fundamentação e refutação" (TRACY, 2006, p. 89). É justamente este modo de argumentação que parece mais adequado ao intento de uma teologia pública no contexto da universidade, como pontua o próprio Tracy ao identificá-la com o público academia. Já "as teologias *sistemáticas* não estarão ordinariamente tão preocupadas com tais modos de argumentação obviamente públicos". Por outro lado, "elas terão como sua maior preocupação a re-apresentação, a re-interpretação do que se assume ser o poder revelador e transformador sempre presente da tradição religiosa particular à qual o teólogo pertence" (TRACY, 2006, p. 89). Ainda cabe dizer que "as teologias *práticas* mostrarão ordinariamente uma preocupação menos explícita com todas as teorias e argumentos teóricos". De acordo com Tracy, "elas assumirão a práxis como critério apropriado para o sentido e a verdade da teologia" (TRACY, 2006, p. 89-90). Para uma teologia latino-americana, em que a práxis é fundamental para o desenvolvimento teológico, caberia uma inquirição mais aprofundada acerca das distinções propostas pelo autor para verificar se uma certa adequabilidade conceitual devido ao contexto indicado não seria necessária. Percebe-se no autor uma pretensão de universalidade em sua definição das disciplinas teológicas, com isso, algumas particularidades, uma vez explicitadas suas *alegações de sentido*, podem fazer com que se repense o edifício teológico proposto.

3. O terceiro ponto destacado pelo autor diz respeito à ética. Para ele, "as teologias *fundamentais* ocupar-se-ão principalmente com a postura ética da inquirição honesta, crítica, própria do seu contexto acadêmico". Por sua vez, "as teologias *sistemáticas* ocupar-se-ão principalmente com

a postura ética da lealdade ou da fidelidade criativa e crítica a alguma tradição religiosa clássica própria de sua relação eclesial”. Finalmente, “as teologias *práticas* ocupar-se-ão principalmente com a postura ética do compromisso responsável com a situação da práxis e, às vezes, até do envolvimento nela” (TRACY, 2006, p. 90). Com efeito, a ética emerge como elemento comum entre as disciplinas teológicas, sendo, também, viés referencial para uma teologia que, além de estar ocupada com seus critérios de publicidade, pensa as questões do espaço público que, não raro, são questões de ética, basta enumerar temas em voga na atualidade – como a crise ecológica, corrupção política, desigualdade social, crise humanitária de pessoas refugiadas – para se perceber que são temas que giram em torno da ética e, desta forma, também uma fala teológica adequada e plausível se torna requisitada.

4. O quarto ponto tem a ver com uma determinada identificação religiosa. Para Tracy, “tanto os teólogos *sistemáticos* como os *práticos* assumirão ordinariamente um envolvimento pessoal e um compromisso com uma tradição religiosa particular ou com um movimento prático particular que possua um sentido religioso”. Por outro lado, “as teologias *fundamentais* de fato compartilham ordinariamente esse compromisso, mas, em princípio, abstrairão a si próprios de todo “compromisso de fé” religioso em favor dos propósitos legítimos da análise crítica de todas as alegações religiosas e teológicas” (TRACY, 2006, p. 90). Assim, as teologias fundamentais têm liberdade para “[...] articular os argumentos do discurso teológico como argumentos abertamente públicos no sentido óbvio das posições argumentadas, razoáveis, abertas a todas as pessoas inteligentes, razoáveis e responsáveis” (TRACY, 2006, p. 90-91). Ao não optar por um discurso que requeira uma espécie de adesão de fé para que sua plausibilidade seja legitimada, o discurso teológico se habilita ao debate público. Isto não quer dizer, contudo, que aspectos de confessionalidade sejam negligenciados, trata-se, isto sim, de compreendendo a herança confessional como um clássico haurir dela em sua potência antropológica que ajuda a pensar as questões públicas da

atualidade por meio de uma tradução plausível às suas interlocuções.

5. Por fim, o quinto ponto tem a ver com o que o autor chama de “[...] pretensões a sentido e verdade – alegações que, por isso mesmo, possuem um caráter genuinamente público” (TRACY, 2006, p. 91). Neste contexto “as teologias *fundamentais*, em geral, estarão preocupadas principalmente em mostrar a adequação das alegações de verdade, usualmente os postulados cognitivos, de uma tradição religiosa particular”. Com isso, tendem a empregar “[...] algum paradigma explícito do que constitui a argumentação objetiva em alguma disciplina reconhecida pela comunidade acadêmica mais ampla”. Por isso mesmo, tende a interdisciplinaridade e a percepção de pertença ao conjunto mais amplo das ciências, ao que o autor destaca a contribuição do pensamento filosófico (TRACY, 2006, p. 92). Quanto às teologias sistemática e prática, o autor ainda destaca que em virtude uma identificação mais direta com a igreja, “as teologias *sistemáticas* assumirão ordinariamente [...] o caráter portador de verdade de uma tradição religiosa particular” (TRACY, 2006, p. 92). Por sua vez, para as teologias práticas “a noção de verdade implicada mostrará ser uma noção determinada pela práxis, transformadora” (TRACY, 2006, p. 93). Novamente fazendo a menção da aplicabilidade da assim denominada teologia fundamental para aquilo que se quer desenvolver como teologia pública, cabe dizer que anterior ao texto de Tracy aloca-se a tese doutoral de Clodovis Boff de 1976, publicada em português em 1978, a qual se dedica a pensar as mediações da teologia do político, a primeira destas mediações, nominada de Sócio-Analítica (MSA), ocupa-se justamente do apoio das demais ciências na compreensão da realidade para que a fala teológica ocorra informada e, se enfatizaria hoje, em diálogo com os demais saberes. Em prefácio autocrítico na edição de 1993, o autor chega a propor que uma mediação filosófica precisaria ser melhor desenvolvida neste contexto. Com efeito, o trabalho de tradução das alegações de sentido das tradições teológicas requer esforço crítico e, na medida do possível, interdisciplinar.

Constantes da fala teológica

David Tracy reconhece duas principais constantes nos movimentos teológicos. A primeira seria a interpretação de uma determinada tradição religiosa enquanto exercício hermenêutico desenvolvido desde *critérios de adequabilidade* a partir dos quais “[...] suas interpretações específicas da tradição possam ser julgadas criticamente pela comunidade teológica mais ampla” (TRACY, 2006, p. 94). A segunda constante seria a interpretação do *mundo*, isto é, da *situação contemporânea* (TRACY, 2006, p. 95-96). Desta forma, compreende o autor, “todo teólogo fornece tanto interpretações da tradição religiosa como interpretações da dimensão religiosa da situação contemporânea. Por essa razão, todo teólogo fornece alguma interpretação do sentido e da significância da tradição religiosa para a presente situação” (TRACY, 2006, p. 98). Diante desta elaboração, Tracy corrobora a leitura anteriormente feita acerca das pesquisas sobre teologia pública no Brasil, na medida em que justamente estes mesmos dois pontos são identificados como característicos das publicações voltadas ao tema, a saber, razoabilidade pública da fala teológica e relação entre teologia/religião e espaço público (mundo/situação contemporânea). Contudo, sua noção de publicidade está atrelada a ideia de *universalidade de Deus*, para ele “O caráter teocêntrico de qualquer asserção genuinamente teológica, quer explícita quer implicitamente tratado, impele todo teólogo a alegações de verdade que demandam publicidade e, no seu extremo, universalidade” (TRACY, 2006, p. 131). Isto acontece também porque conjuga simultaneamente as três disciplinas teológicas. Neste contexto, uma crítica que pode ser feita a lógica tracyana, portanto, é justamente se a dependência teológica de sua publicidade na *universalidade de Deus* não contradiria de imediato sua elaboração de uma teologia fundamental que não exige um *compromisso de fé*. Isto é, o que define o *teológico* em Tracy? É sua tematização das grandes questões do ser humano a partir das tradições religiosas, como aponta em outro momento, ou seria a lógica da derivação divina das alegações de sentido a serem explicitadas? Com efeito, a primeira

opção parece mais condizente a sua própria proposta de teologia fundamental, bem como aquilo que se quer desenvolver como uma teologia pública no contexto da presente pesquisa.

Colocadas as duas constantes, Tracy pontua que “[...] cada disciplina na teologia de fato apela para interpretações legítimas, ainda que possivelmente parciais, tanto da tradição cristã como da situação contemporânea, tanto da igreja como do mundo, e, às vezes, para compreensões distintas de Deus” (TRACY, 2006, p. 132). Além disso, o autor percebe que a teologia não deve ser vista como disciplina isolada. Para ele, cabe ao fazer teológico, “[...] no trabalho cooperativo, interdisciplinar [...] perguntar qual é [...] o sentido e a verdade presentes da tradição interpretada e da situação contemporânea interpretada”, é interessante ver que o autor aponta aspectos de verdade e sentido presentes tanto na tradição teológica quanto no contexto social, não denominando um dos horizontes como a verdade decisiva diante da qual o outro horizonte poderia apenas ser iluminado, com isso um processo de inter-relação é basilar. Neste sentido, o autor percebe que a pergunta pelo sentido se realiza “ao focar aquelas questões fundamentais que constituem as tradições religiosas particulares e ao estabelecer correlações mutuamente críticas entre os dois conjuntos de interpretação” (TRACY, 2006, p. 133).

Palavra-chave, neste contexto, é justamente a *interpretação*. Ademais, o autor enfatiza sua compreensão da teologia sistemática como teologia hermenêutica, o que, na presente pesquisa, poderia ser estendido a teologia como um todo. Nesta direção, o autor percebe que as tentativas de interpretação da tradição cristã podem vir a ser considerados clássicos cristãos, ao que as contribuições de Karl Rahner, Karl Barth, Bernard Lonergan, entre outros se destacam (TRACY, 2006, p. 145, 149). Assim, autores da envergadura de Rahner e Barth podem ser revisitados em busca do sentido mais profundo de suas formulações, vendo-os como clássicos, sem necessariamente ter de se replicar suas fundamentações epistemológicas. Com isso, a ideia de clássicos em sua reserva de sentido e enquanto *tradição religiosa* faz ver que o exercício

teológico na atualidade se dá sempre nesta tensão entre a história da interpretação teológica e a necessidade de interpretações novas a cada novo tempo. Novamente cabe ver que o pensamento tracyano embasa a proposição do fazer teológico como dinâmica que conjuga *tradição, res publica e critérios públicos de argumentação*. Neste contexto, cabe trazer à luz também outra formulação do teólogo estadunidense, esta bem mais recente, ao que o autor se empenha na definição das publicidades teológicas no contexto dos *clássicos*.

Os clássicos

As tradições teológicas, passando pelos intérpretes dessas tradições que paulatinamente vão sendo incorporados a essas tradições e, assim, já podendo ser considerados clássicos, fazem parte daquilo que David Tracy chama de *Publicness*, o que autor desenvolve três formas, a primeira diz respeito a razão investigativa, a segunda à razão dialógica, e a terceira trata daquilo que, segundo o autor, as duas racionalidades anteriores não comportam, sendo algo de suprarracional. No presente contexto cabe atentar a assim chamada *Publicness Dois*.

A segunda *Publicness* está relacionada ao “fenômeno do diálogo com todas as expressões clássicas (de qualquer texto, evento, símbolo, história, imagem, música; seja na arte, na ética ou na religião)”. Para o autor, é necessário ver que “sem uma noção de razão mais ampla do que a moderna racionalidade cientificista e meramente técnica no espaço público aberto da esfera política”, o debate ficará restrito, pois “só o debate técnico sobre meios eficientes pode ser debate racional, o resto sendo questão de preferência pessoal” (TRACY, 2012, p. 34). Neste sentido, existe uma tensão de racionalidades. Percebe o teólogo norte-americano que “a esfera pública corre o risco de se tornar comercializada (ou colonizada?) pelo rolo compressor [...] dos poderes tecnoeconômicos e tecnológicos do capitalismo tardio, que esmaga qualquer realidade al-

ternativa – religião, arte, ética e, eventualmente, a razão como tal”. As religiões, neste contexto, podem “[...] mostrar sua relevância como razão pública”. Isto é, “Tal entrada na esfera pública da religião baseada na razão pública pode acontecer por meio de debates [...]”, o que se identifica com a razão investigativa denominada como *Publicness* Um, “[...] ou através do diálogo com os grandes clássicos, especialmente os clássicos religiosos para as visões do Bem, incluindo a vida boa do indivíduo e da sociedade”.

Desta forma, se compreende que a *Publicness* Dois tem a ver com a recepção de narrativas, compreendidas pelo autor, como “grandes clássicos religiosos” que podem ser “textos, eventos, pessoas, rituais, símbolos”, os quais, “mesmo para o não crente, têm muito a sugerir para a reflexão de qualquer pensador sério na esfera pública” (TRACY, 2012, p. 35). Assim se reconhece uma determinada força de sentido presente nas tradições religiosas que pode auxiliar a pensar a vida na atualidade. Na medida em que fala da experiência humana está aberta a todas e todos, não restrita a uma comunidade de fé específica. As religiões, desta forma, podem aprofundar “[...] a discussão pública sobre os fins (por exemplo, uma sociedade boa, promovendo o bem comum, a dignidade humana e os direitos de cada pessoa) [...]”, e, ao mesmo tempo, “e parece irônico dizê-lo – ajudar a própria esfera pública para que ela mesma resista à contínua colonização tecnoeconômica”. Neste contexto, indica que “aqui, nem o otimismo, nem o pessimismo é totalmente adequado. Ambas as perspectivas, das quais ora uma, ora a outra parecem plausíveis, são baseadas em evidências sociais e históricas parciais, bem como no estilo e na história de vida do autor que as evoca”. Para a fé cristã, Tracy pondera, “a esperança (com a fé e o amor) é uma virtude sobrenatural, não natural. A esperança é puro dom da graça”. Baseado na esperança, portanto, o cristão pode “encontrar melhores modos de comunicar publicamente a singularidade e a necessidade dessa esperança para todo otimista ou pessimista que se disponha a ouvir” (TRACY, 2012, p. 36). Neste horizonte, para além da racionalidade tecnicista,

Tracy aponta para a importância de uma racionalidade sensível ao humano em sua profundidade de sentido, sendo que os clássicos tratam desse sentido mais profundo:

Um clássico é um fenômeno cuja própria extraordinariedade e manutenção de significado resistem à interpretação definitiva. Os clássicos da arte, da razão e da religião são fenômenos cujo valor-de-verdade depende das possibilidades desveladoras e transformadoras que têm para seus intérpretes. Isto significa que os clássicos da arte, da razão e da religião são susceptíveis de manifestar significados desveladores e transformadores, bem como verdade, num modo que não é redutível ao debate (TRACY, 2012, p. 37).

A verdade, aqui, é compreendida como “desvelamento-transformação”, que está “disponível, em princípio, a todos os que arriscam entrar em uma autêntica conversação com os clássicos e com suas visões desveladoras-transformadoras do Bem”. O hermeneuta é visto, portanto, como alguém que “[...] entra com alguma pré-compreensão dessas questões e mantém sua atenção crítica ao longo da conversa, reconhecendo, por exemplo, que se apresenta uma visão clássica do Bem necessitando crítica mais séria”. As noções de diálogo e conversa são basilares na relação com os clássicos, cabe ver que o hermeneuta sempre está social e culturalmente localizado, levando consigo toda uma contextualidade que se comunicará com o clássico em sua profundidade de sentido e em sua contextualidade, como disposto anteriormente, trata-se da correlação entre o clássico e a situação contemporânea. “Não obstante, o intérprete pode arriscar esta pré-compreensão, quando percebe a necessidade de atender ao clássico como autêntico outro. Esta necessidade de atenção pode variar num espectro largo, desde uma tentativa de ressonância a um choque de reconhecimento”. Este choque poderia também ser compreendido como um espanto, na medida em que se trata de “[...] uma categoria estética análoga à graça da fé como reconhecimento da revelação” (TRACY, 2012, p. 37). Assim, o clássico não é relegado ao âmbito teórico, mas elevado a uma experiência humana. “A experiência origi-

nária de qualquer clássico autêntico é a de uma realidade que é primeiramente reconhecida como importante e verdadeira na experiência de conversação com o clássico” (TRACY, 2012, p. 37-38). Renova-se aqui a perspectiva de que um clássico nunca está estrito a um determinado público, mas “todas as pessoas razoáveis (não só os crentes) podem, em princípio, fazer parte da conversação ampla com um clássico religioso”. Isto é, “todos os clássicos autênticos, de todas as tradições, são candidatos ao desvelamento de alguma verdade na esfera pública”. Diante disso, “todos os grandes teólogos e filósofos (por exemplo, Agostinho, Anselmo, Tomás de Aquino, Simone Weil, Edith Stein) buscam a compreensão”. Contudo, acena o autor, “[...] nesse empreendimento delicado de investigação crítica teológica, haverá erros (como aconteceu para Agostinho, Anselmo, Tomás de Aquino)”. Contudo, isto faz parte da pesquisa e, assim, “[...] pode-se confiar que a grande comunidade de investigação teológica detectará, se for o caso, os erros – assim como a comunidade da esfera pública pode detectar quais clássicos religiosos são susceptíveis de ajudar na questão dos fins, dos valores e do Bem”, o que exemplifica com a possível cooperação do “[...] budismo e taoísmo nas questões ecológicas; judaísmo, cristianismo e islamismo nas questões de justiça” (TRACY, 2012, p. 38).

A relação dialógica com os clássicos, portanto, é enriquecida pelas questões atuais, de relevância pública e assim, atualizam os sentidos das tradições teológicas. Neste contexto Tracy (2012, p. 44) destaca dois aspectos:

1. “[...] o questionamento público não se constitui apenas no debate, mas num modelo mais amplo e flexível de questionamento público, o diálogo com os clássicos”.

2. “[...] todos nós estamos sempre interpretando a fim de buscar a compreensão – portanto, questionando –, e por isso devemos considerar o modelo de questionamento na esfera pública não apenas como debate, mas como diálogo”.

Estabelece-se assim a relação entre a *Publicness Um* e a *Publicness Dois*, isto é, entre a racionalidade investigativa e a dialógica. “O questionamento público como diálogo com os clássicos, quando bem montado, ajuda qualquer comunidade pública de investigação [...]”, numa esfera pública, isto é, “[...] numa esfera onde todos são em princípio iguais, todos devem ser ouvidos e todos são chamados a responder na conversação, cada um respeitando cada outro diferente”. Ademais, este “[...] questionamento público – tanto a “*Publicness Um*” como debate e a “*Publicness Dois*” como diálogo com os clássicos – poderia granjear um ganho modesto, mas real, mostrando como os clássicos religiosos podem funcionar na esfera pública” (TRACY, 2012, p. 44).

Assim, numa relação entre racionalidade investigativa e racionalidade dialógica, o contato com os clássicos se mostra via possível de redescoberta dos sentidos mais profundos presentes nas tradições religiosas, as quais podem ser traduzidas com base em critérios públicos de argumentação e em dinâmico contato com a situação contemporânea. O viés antropológico, por sua vez, também corrobora a possibilidade de uma via pública, pois comum. Diante dessa relação entre clássicos e teologia que encontra no ser humano seu ponto de contato, parece bastante apropriado trazer ao diálogo as pesquisas sobre Teologia e Literatura.

Teologia e Literatura: aportes para a fala pública da teologia

A noção tracyana de *clássicos* se destaca como possibilidade de revisitação das tradições teológicas a partir de uma chave de leitura não dogmática, mas antropológica. Isto é, desde as questões existenciais da vida humana, da busca de sentido no sentido dos clássicos, torna-se possível um fazer teológico público porque comum. Esta percepção chama ao diálogo aspectos das pesquisas sobre *Teologia e Literatura*. Com efeito, a própria literatura como tema teológico, com alguma frequência, está alocada no âmbito de uma teologia pública. De modo recorrente a

UNISINOS tem ensejado tal debate, seja por meio de seus *Cadernos Teologia Pública* (CALDAS FILHO, 2004; EUVÉ, 2011; GIANI, 2009; KUSCHEL, 2009; 2011; LIMA, 2012; LUCCHESI, 2011; MACHADO, 2014; MOONEY, 2017; SANTOS, 2006; SCHLEGEL, 2012; THEOBALD, 2007; 2011; WILFRED, 2011), ou desde uma publicação voltada a introdução do tema da teologia pública em seu *Cadernos IHU em formação* (MORI, 2006, p. 54-56). Também a *Coleção Teologia Pública* das Faculdades EST em parceria com a Editora Sinodal, reserva espaço para a literatura (REBLIN, 2012 p. 181-200; SALDANHA, 2012, p. 187-201; SILVA, 2012, p. 73-89). Nesta relação entre literatura e teologia pública é comum a abordagem de obras literárias; da teologia narrativa; da literatura como meio para o diálogo inter-religioso; de produções para cinema e TV; música; teatro; relação com a cultura. Desta forma, torna-se possível compreender as *literaturas*, de modo amplo, dentro daquilo que Tracy propõe por *clássicos*.

Com efeito, a partir da necessidade de se fazer inteligível para outra área de pesquisa, a Literatura, a teologia foi levada a adequar sua fala. Com isso, a antropologia como ponto de contato se tornou central. A aplicação da virada antropológica – que pode ser identificada do lado católico no contexto do Concílio Vaticano II em especial por meio de autores como Rahner (1969); também do lado protestante, esta antropogênese da fala teológica pode ser identificada nos esforços de Schleiermacher (1993, texto original de 1799) ao buscar compreender o que seria o centro da religião enquanto *sentimento* (*Gefühl*) de dependência última, cujo acento está no sentimento, isto é, na experiência³ – na relação com a literatura, ao menos no contexto brasileiro, é trabalhada desde Manzatto (1994).

Assim como Tracy que percebe as questões existenciais como grande tema teológico, também Villas Boas (2011b, p. 6-8) percebe a

3. Para uma abordagem sobre a hermenêutica teológico-antropológica de Schleiermacher ver *A relação entre teologia e espiritualidade a partir de uma consciência histórica: diálogo entre Schleiermacher e Vattimo* (ZILSE, 2016, p. 62-84).

inquietação da pergunta pelo sentido da vida como matriz da reflexão teológica e da literatura e, na medida em que tematizam Deus, se encontram na pergunta por um mistério experimentado na própria existência. “Ademais, a Literatura, em sua centralidade antropológica, sempre será uma instância crítica que alerta à responsabilidade *com* e *do* humano” (VILLAS BOAS, 2011b, p. 9). Mais, “Este é o dogma que as Literaturas e as Teologias comungam, que a vida tem sentido e é o que nos faz humanos” (VILLAS BOAS, 2011b, p. 10). Estabelecida a *experiência humana* como constante antropológica mais fundamental que permite correlações entre as ciências, parte-se para outra constante tão básica quanto, que é a *linguagem*. “A linguagem não é uma questão qualquer à existência humana, mas é exatamente sua condição de possibilidade enquanto permite a fundação da consciência e de construção do entendimento de sua história e da história do entendimento” (VILLAS BOAS, 2011a, p. 5). Com isso, a relação entre linguagem e antropologia é também fundante de uma fala teológica pública, na medida em que são disposições *universais*, comuns a todas e todos: “[...] no ser da linguagem se esconde o mistério de sentido da existência humana a ser desvendado, o enigma da vida de cada um” (VILLAS BOAS, 2011a, p. 6).

Esta noção de *mistério*, por sua vez, emerge como possível via de relação entre literaturas e teologias, uma vez que a própria existência não é redutível a categorias cientificistas e tecnicistas. Há, outrossim, uma dimensão misteriosa na existência. Contudo, não se deve assumir *mistério* “[...] como economia preguiçosa de compreensão” (MANZATTO; VILLAS BOAS, 2016, p. 6). Em religião, corre-se o risco, diante de certos temas, de se partir para rápidas rotulações de mistério, dispensando “[...] o trabalho intelectual de quem afirma no sentido de querer compreender ao que o dogma se refere efetivamente, o que, sem dúvida, deixa margem para todo tipo de fundamentalismo fideísta”. Diferente dessa ideia de um *Deus das lacunas*, evocado toda vez que limites científicos ou intelectuais acontecem, uma abordagem mais sensível de mistério o percebe enquanto “[...] fonte inesgotável de significação, o que implica

em reconhecer que todas as compreensões, explicações e experiências vivenciadas não esgotam a capacidade de o Mistério significar”. Nesta direção, “o Mistério nos ultrapassa como ultrapassa também nossa simples linguagem, e por isso mesmo sua percepção se pode dar em figuras, textos e estilos literários que a ele remetem como o oculto que ilumina, o desconhecido que aponta para sentidos de existência humana”. Também aqui é afirmada a relação com a noção tracyana de clássicos enquanto estes espaços que ao serem revisitados compreendem significativa profundidade de sentido justamente por falarem do sentido da existência humana. “A literatura torna-se, então, mais do que lugar e veículo de afirmação do humano, ambiente em que se pode ultrapassá-lo, de novo, não com sua negação ou diminuição, mas ecoando a amplitude de sua significação”. Mais, “ela se converte em autêntico *locus revelationis* do significado do humano enquanto expressão do Mistério que o envolve e o ultrapassa, o define e o qualifica, o percebe e o significa (MANZATTO; VILLAS BOAS, 2016, p. 7).

Das pesquisas em Teologia e Literatura, portanto, percebe-se importante contribuição para a formulação de uma teologia pública. O que se traduz nos seguintes pontos: 1. Ênfase na experiência humana como *locus* privilegiado de correlação entre os saberes que se propõem a dialogar; 2. Compreensão da linguagem como meio de expressão dessa busca de sentido que permite a relação entre as diferentes ciências; 3. A ideia de *mistério* como noção de um sentido que compreende o humano e o ultrapassa, apresentando-se sempre de forma nova, o que aponta para a noção tracyana de clássicos enquanto dimensão de releitura da experiência humana.

Teologia Pública:

elementos para o discurso teológico na academia

No início da presente inquirição estipulou-se que o público referencial seria o âmbito acadêmico. Neste horizonte, buscou-se demonstrar

o que se tem compreendido por teologia pública no Brasil, em seguida, analisou-se a formulação tracyana com especial destaque ao que chama de teologia fundamental e a interpretação das tradições religiosas, ao que se conjugou a experiência do foco antropológico da área de *Teologia e Literatura*. Cabe agora retomar alguns dos principais aspectos destas perspectivas com foco no discurso teológico.

A compreensão anteriormente frisada e estipulada – desde o estado da questão das publicações sobre teologia pública no Brasil e em especial a partir das conceituações de modelos de teologia pública elaborados por Jacobsen e von Sinner – serve de referência para o resgate dos aspectos ligados ao discurso teológico nos elementos característicos da teologia pública anteriormente apresentados.

1. Teologia pública como relação entre teologia/religião e espaço público. Com efeito, a teologia pública, entendida como um conceito amplo da relação entre teologia/religião e espaço público, pode ser vista como um “termo guarda-chuva” (SINNER, 2012, p. 27). Dito de outra forma, é possível pensar a teologia pública como campo de pesquisa que conjuga as correlações acima mencionadas. Ainda neste contexto, cabe ver que o aspecto público da teologia, para von Sinner, funda-se já na postura franca, modesta e quenótica de Jesus, ao que assumiria o desafio de pautar, por meio de um pensamento autocrítico, assuntos públicos no horizonte do bem comum e, desta forma, sem granjear ganhos próprios em detrimento de outros. Ao tratar de assuntos públicos, por sua vez, a teologia deve considerar aspectos de singularidade, particularidade, contextualidade e pluralidade (SINNER, 2011, p. 33-34; SINNER, 2012, p. 29-30).

2. A teologia pública articula seu discurso com base em critérios públicos de argumentação. Diante do exposto nas *afirmações sintetizadoras*, destacam-se as noções de razoabilidade, interdisciplinaridade e contexto acadêmico: *razoabilidade* – Stackhouse ecoa Tracy

ao falar de um discurso teológico *razoável* no diálogo com a sociedade geral (SINNER, 2011, p. 24); *interdisciplinaridade* – A fala interdisciplinar evocada por Tracy é também ressaltada por Caldas ao compreender o diálogo com os outros saberes como desafio para o fazer teológico (CALDAS, 2016, p. 84); *contexto acadêmico* – O discurso teológico, também em relação ao ambiente acadêmico, deve considerar suas contextualidades. No contexto brasileiro, portanto, cabe ressaltar que sede o reconhecimento da Teologia pelo MEC em 1999, a discussão acerca do papel da teologia tem evoluído (SINNER, 2012, p. 32). Contudo, não se trata de uma discussão terminada, pelo contrário, é tema candente e relevante ao espaço público da academia, das igrejas e para a sociedade como um todo, uma vez que os públicos teológicos se inter-relacionam.

A distinção proposta não estabelece muros intransponíveis, apenas ressaltam-se algumas ênfases, sendo que há, também aqui, inter-relação e intercâmbio. É possível tratar da relação entre teologia/religião e espaço público com base em critérios públicos de argumentação. Ademais, a própria busca por critérios públicos já está dimensionada pela relação entre teologia e espaço público.

O movimento seguinte retoma Tracy em seus aspectos principais para que se possa pensar adiante o que se quer entender por teologia pública no sentido de uma fala que atenda os já referidos critérios públicos de argumentação⁴.

1. Os públicos da teologia. A igreja, a academia e a sociedade são os públicos da teologia. Pode acontecer que se assuma um destes como “destinatário principal”, contudo dificilmente será exclusivo, uma vez que se parte da noção da correlação entre eles. Neste sentido, inclusive as falas a cada público precisam ter uma lógica interna de argumentação

4. Esta breve sistematização se dá com base na mesma estrutura anteriormente disposta com alguma realocação de afirmações acerca do pensamento do autor privilegiando a continuidade temática.

que possa ser considerada pertinente aos demais públicos (TRACY, 2006, p. 23-24). Deste modo, é possível afirmar que há profunda inter-relação entre os públicos teológicos, uma análise nunca estando desinformada das outras, sendo que suas formulações possuem implicações mútuas. Neste contexto, ao comentar Tracy destaca Zeferino:

Os públicos da teologia identificados por Tracy (1989) – Igreja, Academia, Sociedade – são interlocutores que requerem uma constante dialogicidade, sendo que existe uma ressonância entre eles, são relações dinâmicas, não estanques. Com isso, os diálogos teologia-igreja, teologia-academia, teologia-sociedade não ficam resritos em si, mas possuem incidência uns nos outros (ZEFERINO, 2017, p. 31).

Em resumo, os públicos teológicos não existem alienados uns dos outros, e inclusive a lógica de argumentação do fazer teológico que se especializa em um determinado público também precisa atender uma determinada *plausibilidade* aos demais. Soma-se a isto a proposição de que diferentes disciplinas teológicas se orientam a distintos públicos.

2. As disciplinas teológicas. Na abordagem de cada público corresponde uma disciplina teológica, a saber, teologia sistemática – igreja; teologia prática – sociedade; teologia fundamental – academia. Esta última, justamente por privilegiar o ambiente acadêmico, é aquela que mais se aplica ao que se propõe aqui como teologia pública, uma vez que se pensa a presente contribuição no horizonte do lugar da teologia na universidade. A teologia fundamental se ocupa da *razoabilidade* do discurso teórico que possa ser inteligível a todas as pessoas, estando isenta de um determinado *compromisso de fé* (TRACY, 2006, p. 88-90).

Ademais, cabe notar que em seu exercício de publicização, a teologia fundamental tende a uma fala interdisciplinar, inclusive utilizando-se de mecanismos de outras ciências, amplamente aceitos no meio acadêmico, para que sua fala atenda aos critérios de razoabilidade pretendidos

(TRACY, 2006, p. 92). Efetivamente, o próprio processo de publicização da fala teológica faz com que se reflita acerca da argumentação utilizada em vistas de sua plausibilidade. O processo de publicização, portanto, ocupa-se com a explicação das *estruturas básicas de plausibilidade* dos públicos teológicos. Este movimento busca recuperar os sentidos próprios das tradições teológicas em dinâmica de atualização e diálogo com a *situação contemporânea* (TRACY, 2006, p. 71).

Além disso, Tracy destaca a ética como elemento transversal das três disciplinas, ao que a teologia fundamental enfatizaria a ética intelectual (TRACY, 2006, p. 90). Contudo, justamente ao ser empreendimento teórico, a teologia fundamental poderia assumir o tema da ética em sua profundidade e multiplicidade contextual. A própria demanda para que se pense o *mundo* e a *situação contemporânea* faz com que se trate de questões que exigem reflexões éticas. Ao tratar do âmbito social amplo, a racionalidade teológica, para Tracy, estabelece seu serviço ao espaço público na medida em que por meio de sua publicidade investigativa e dialógica oferece elementos para a superação de uma racionalidade tecnoeconômica. Assim, a força de sentido das tradições teológicas, uma vez atualizadas, podem auxiliar a pensar contextos para que não sejam reduzidos a uma lógica tecnoeconômica (TRACY, 2012, p. 34-36). Isto é, combate uma tendência de precificação de tudo que existe, insistindo que há aspectos que transcendem esse tipo de lógica. A própria questão da dignidade humana emerge como elemento de contestação diante deste quadro, bem como elemento constituinte de uma ética teológica.

3. Constantes da fala teológica. Como *constantes da fala teológica* Tracy estabelece a interpretação das tradições religiosas com base em critérios de *adequabilidade*, bem como a interpretação do espaço público, ao que nomeia de *mundo* ou *situação contemporânea* (TRACY, 2006, p. 94-98). Outras constantes que poderiam ser indicadas no pensamento tracyano, são as ideias de universalidade de Deus, e o pluralismo como enriquecimento da condição humana que precisa ser tratada com argu-

mentação adequada. Neste contexto, Deus e as questões existenciais, são vistas como temas teológicos de interesse de todas e todos (TRACY, 2006, p. 11-12; 21-22). Como já acenado anteriormente, a noção da *universalidade de Deus* enquanto prerrogativa para a legitimidade da fala pública teológica parece um tanto inadequada ao menos diante do que é proposto como teologia fundamental.

4. **Os clássicos.** Um clássico, em sua profundidade de sentido antropológico é *sempre público* (TRACY, 2006, p. 41), sendo que as grandes interpretações das tradições teológicas também compõem o quadro dos clássicos (TRACY, 2006, p. 149). Soma-se a isto, a noção de que a articulação das *pretensões de sentido e verdade* de cada tradição teológica no diálogo com a situação contemporânea requer um esforço de correlação e adequação (TRACY, 2006, p. 68). Isto é, a fala teológica ocupa-se sempre de correlações e traduções.

A força de sentido do clássico está relacionada com sua dinâmica de *desvelamento-transformação*, isto é, a ideia de verdade enquanto desvelamento de sentido ligada a uma determinada ação transformadora (TRACY, 2012, p. 37). Este movimento pode ser identificado com o que propõe Alex Villas Boas com sua noção de *teopatodiceia*:

Aqui se situa o que é proposto como teopatodiceia como análise e produção de linguagem teológica [théo] que produza um imaginário integrador do processo de subjetivação [pathos] e uma ação responsável e consciente de seu tempo [diké] [...], de modo que a forma mentis do pensamento teológico não se restringe a uma questão de significado, mas de apropriação existencial do sentido, que vincula indivíduo e realidade, em uma aliança de compromisso decorrente da própria experiência de fé (VILLAS BOAS, 2016, p. 70).

Corroborando a identificação acima a noção assumida por Tracy (2012, p. 37) como *choque de reconhecimento* enquanto uma espécie de es-

panto – o que se poderia relacionar com a ideia de *thaumazein*. Neste contexto, torna-se possível recorrer a famosa hermenêutica de libertação representada pela dinâmica *ver-julgar-agir* habilmente traduzida como Mediação Sócio-Analítica, Mediação Hermenêutica e Mediação Prática por Clodovis Boff. Isto é, a experiência humana (*pathos* - desvelamento) diante do espanto (choque de reconhecimento – *thaumazein*) da realidade (*ver* – Mediação Sócio-Analítica – interpretação da situação contemporânea) elabora uma leitura das tradições teológicas em busca de sua força de sentido antropológica (*theos* – Mediação Hermenêutica – interpretação dos clássicos) que é traduzida numa atualização do sentido para o espaço público que pode assumir a forma de práxis (*diké* – Mediação Prática – ação transformadora).

Esta elaboração pode ser pensada no horizonte do que Tracy chama de *busca por compreensão*. Ao que as racionalidades investigativa e dialógica se mostram basilares. Neste movimento de criticidade e busca de sentido na leitura dos clássicos é que se torna possível haurir das distintas tradições suas contribuições mais notórias às questões públicas (TRACY, 2012, p. 38). No horizonte dos clássicos a relação com as pesquisas em Teologia e Literatura emerge como experiência consolidada de afirmação da base antropológica que se articula por meio de uma linguagem pública, pois comum de dois saberes, bem como percebe o sentido da vida, também em sua dimensão misteriosa, como constante antropológica que permite a interpretação da situação contemporânea e das literaturas (clássicos).

Em resumo, autor pensa um complexo teológico no qual os distintos públicos são pensados por disciplinas específicas, sendo que tanto os públicos quanto as disciplinas se inter-relacionam. Baseia esta tarefa teológica da dinâmica *público-disciplina* a noção de publicização, bem como busca de compreensão da força de sentido das tradições religiosas (clássicos) e da situação contemporânea. Desta forma, a formulação tracyana é aqui pensada enquanto contribuição ao aprofundamento das

discussões sobre teologia pública no Brasil, tanto no viés da relação entre teologia/religião e espaço público, quanto na tentativa de formulação de uma fala teológica pública em sua argumentação.

Considerações finais

O presente trabalho estabeleceu que a teologia pública no Brasil possui duas principais características: 1. A construção de uma fala teológica que atenda critérios públicos de argumentação; 2. As elaborações que conjugam teologia/religião com questões do espaço público. Diante deste quadro, da formulação tracyana haurem-se elementos que possam auxiliar neste debate. De imediato, o que o autor apresenta como *constantes da fala* teológica, a saber, interpretação das tradições religiosas e interpretação da situação contemporânea, corroboram a possibilidade de sistematização da teologia pública nos dois movimentos acima mencionados. Além disso, aquilo que chama de *teologias fundamentais*, no crivo do presente trabalho, parece ser intento bastante adequado ao que se pretende construir como teologia pública que pense a *res publica* ou o *mundo* (sociedade, academia, situação contemporânea) por meio de critérios públicos de argumentação (*plausibilidade, adequabilidade*). Junta-se a isso, a percepção de que os *clássicos* (tradições teológicas; literaturas) são elementos importantes para ajudar a pensar o contexto presente. Também se destaca a transversalidade da ética entre as disciplinas teológicas enquanto constituinte de uma fala teológica pública.

Assim, o pensamento de David Tracy fornece as bases para que se construa uma fala teológica ambientada na universidade. Isto é, privilegiando o horizonte da academia como público referencial, nota-se uma possibilidade de construção teológica por meio da teologia fundamental como teologia pública. Com efeito, esta apreciação de Tracy ocorre também já com os devidos distanciamentos, como citado, o autor funda a relevância pública da teologia, justamente na *universalidade de Deus*. Contudo, sua própria definição de teologia fundamental serve de

referência para que se critique este pressuposto, apontando para uma construção teórica não restrita a uma confissão religiosa, mas que pode resgatar a força de sentidos das distintas confessionalidades enquanto clássicos numa dinâmica de tradução por meio de critérios de plausibilidade, razoabilidade e adequabilidade tematizando questões públicas à luz do bem comum.

Referências

- BOFF, C. Teologia e prática: Teologia do Político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BUTELLI, F.; LE BRUYNS, C.; SINNER, R. Teologia pública no Brasil e na África do Sul: cidadania, interculturalidade e HIV/Aids. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2014. Coleção Teologia Pública, v. 4.
- CALDAS FILHO, C. Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos. Cadernos Teologia Pública, Ano 1, n. 8, 2004. 11p.
- CALDAS, C. Dietrich Bonhoeffer e a teologia pública no Brasil: o conceito bonhoefferiano de ‘estar aí para os outros’ como pressuposto teórico para a construção de uma teologia pública no Brasil. São Paulo: Garimpo Editorial, 2016.
- CARVALHAES, C.; ALMEIDA, F. Teologia da Libertação: História, Temas e Nomes. CrossCurrents, v. 67, p. 340-364, mar., 2017.
- CUNHA, C. Paul Tillich e a Teologia Pública no Brasil: o contributo do método da correlação de Paul Tillich à epistemologia da teologia pública no Brasil no contexto do pensamento complexo e transdisciplinar. São Paulo: Garimpo Editorial, 2016.
- DALLA ROSA, L. Economia para a vida: a rebelião dos limites e o itinerário teológico para uma economia solidária. São Leopoldo: Sinodal, 2016. Coleção Teologia Pública, v. 6.

- EUVÉ, F. Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea. *Cadernos Teologia Pública*, Ano VIII, n. 64, 2011. 34p.
- GIANI, M. Narrar a ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga. *Cadernos Teologia Pública*, Ano VI, n. 45, 2009. 56p.
- GMAINER-PRANZL, F.; JACOBSEN, E. (Orgs.). *Teologia Pública: deslocamentos da teologia contemporânea*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2015. Coleção *Teologia Pública*, v. 5.
- GONÇALVES, A. Jürgen Moltmann e a Teologia Pública no Brasil: esperança no reino de Deus como contribuição teológica no espaço público. São Paulo: Garimpo Editorial, 2017.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Programa Teologia Pública do IHU. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/programas/teologia-publica>. Acesso em: 07.06.2018.
- JACOBSEN, E. Modelos de teologia pública. In: ZWETSCH, R.; CALVALCANTE, R.; SINNER, R (Orgs.). *Teologia pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011b, p. 53-70.
- JACOBSEN, E.; SINNER, R.; ZWETSCH, R. (Orgs.). *Teologia Pública: desafios sociais e culturais*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012. Coleção *Teologia Pública*, v. 2.
- JACOBSEN, E.; SINNER, R.; ZWETSCH, R. (Orgs.). *Teologia pública: desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012. Coleção *Teologia Pública*, v. 3.
- KUSCHEL, K.-J. Narrar Deus. Meu caminho como teólogo com a literatura. *Cadernos Teologia Pública*, Ano VIII, n. 61, 2011. 27p.
- KUSCHEL, K.-J. Os relatos do natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49). Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos. *Cadernos Teologia Pública*, Ano VI, n. 49, 2009. 30p.
- LIMA, D. (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual. *Cadernos Teologia Pública*, Ano IX, n. 69, 2012. 27p.
- LUCCHESI, M. O livro de Deus na obra de Dante. Uma releitura na Baixa Modernidade. *Cadernos Teologia Pública*, Ano VIII, n. 65, 2011. 16p.
- MACHADO, R. O desencantamento da experiência religiosa em House: “creia no

- que quiser, mas não seja idiota". *Cadernos Teologia Pública*, Ano XI, n. 84, 2014. 51p.
- MANZATTO, A. *Teologia e Literatura: uma reflexão teológica a partir da antropologia contida nos romances de Jorge Amado*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- MANZATTO, A.; VILLAS BOAS, A. O mistério que se faz Literatura. *Teoliterária*, v. 6, n. 12, p. 5-11, jul./dez., 2016.
- MOONEY, E. A sensibilidade religiosa de Thoreau. *Cadernos Teologia Pública*, São Leopoldo, v. 14, n. 123, 2017. 28p.
- MORI, G. Literatura como lugar da teologia. *Cadernos IHU em formação*, Ano 2, n. 8, p. 54-56, 2006.
- PEREIRA, N. The Old New Words for an Economy of Life: Sumak Kawsay, Kabuhanan, Kalusugan, Kalikasan. *The Ecumenical Review*, v. 67, n. 2, p. 214-221, 2015.
- PEREIRA, N.; PY, F. Ecologia profunda: por uma ecologia do proletariado – kabuhanan, kalusugan, kalikasan. *Voices*, v. 37, n. 2-3, p. 309-322, abr./set., 2014.
- RAHNER, K. *Teologia e Antropologia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1969.
- REBLIN, I. Teologia, arte e cultura: os caminhos da teologia no cotidiano. In: JACOBSEN, E.; SINNER, R.; ZWETSCH, R. (Orgs.). *Teologia Pública: desafios sociais e culturais*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012 p. 181-200.
- SALDANHA, M. Teatro e teologia pública: possibilidades de vivência teológica e teatral em meio ao povo. In: JACOBSEN, E.; SINNER, R.; ZWETSCH, R. (Orgs.). *Teologia pública: desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012, p. 187-201.
- SANTOS, J. Um olhar teopoético: Teologia e cinema em *O Sacrifício*, de Andrei Tarkovski. *Cadernos Teologia Pública*, Ano III, n. 26, 2006. 56p.
- SCHLEGEL, J.-L. Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites. *Cadernos Teologia Pública*, Ano IX, n. 68, 2012. 24p.
- SCHLEIERMACHER, F. *On Religion: speeches to its cultured despisers*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- SILVA, A. Teologia das águas amazônicas. In: JACOBSEN, E.; SINNER, R.; ZWETSCH,

- R. (Orgs.). Teologia Pública: desafios sociais e culturais. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012, p. 73-89.
- SINNER, R. Teologia pública no Brasil: um primeiro balanço. In: JACOBSEN, E.; SINNER, R.; ZWETSCH, R. (Orgs.). Teologia pública: desafios éticos e teológicos. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012, p. 13-38.
- SINNER, R. Teologia pública: um olhar global. In: ZWETSCH, R.; CALVALCANTE, R.; SINNER, R. (Orgs.). Teologia pública em debate. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011, p. 11-36.
- SINNER, R.; PANOTTO, N. (Orgs.). Teología pública: un debate a partir da América Latina. São Leopoldo: Faculdades EST, 2016. E-book.
- THEOBALD, C. As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: o cristianismo como estilo. Cadernos Teologia Pública, Ano VIII, n. 58, 2011. 38p.
- THEOBALD, C. Música e Teologia em Johann Sebastian Bach. Cadernos Teologia Pública, Ano IV, n. 27, 2007. 34p.
- TRACY, D. A imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.
- TRACY, D. A teologia na esfera pública: três tipos de discurso público. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 44, n. 122, p. 29-51, jan./abr., 2012.
- VILLAS BOAS, A. Recuperar a lógica poética da Revelação: uma contribuição do diálogo entre Teologia e Literatura. Interações – Cultura e Comunidade, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p. 61-86, jan./jun., 2016.
- VILLAS BOAS, A. A essência da linguagem. Teoliterária, v. 1, n. 2, p. 5-11, jul./dez., 2011a.
- VILLAS BOAS, A. Se poeticamente o humano habita o mundo, poeticamente Deus habita o humano. Teoliterária, v. 1, n. 1, p. 6-13, jan./jun., 2011b.
- WILFRED, F. A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico. Cadernos Teologia Pública, Ano VIII, n. 63, 2011. 22p.
- ZABATIERO, J. Para uma Teologia Pública. São Paulo: Fonte Editorial/Faculdade Unida, 2011.
- ZEFERINO, J. Cidadania e gratuidade: uma recepção do documento Do Conflito

à Comunhão no horizonte da Teologia Pública. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 30-45, jul./dez., 2017.

ZILSE, R. A relação entre teologia e espiritualidade a partir de uma consciência histórica: diálogo entre Schleiermacher e Vattimo. *Revista Brasileira de Filosofia da Religião*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 62-84, dez., 2016.

R.; CALVALCANTE, R.; SINNER, R (Orgs.). *Teologia pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011. Coleção Teologia Pública, v. 1.

ZWETSCH, R.; CAVALCANTE, R.; SINNER, R. Introdução. In: ZWETSCH, R.; CALVALCANTE, R.; SINNER, R (Orgs.). *Teologia pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011, p. 5-7.